

## **CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE DENÚNCIA E PLANEJAMENTO INSURGENTE: EXPERIÊNCIAS NA “CRACOLÂNDIA”, SÃO PAULO, BRASIL**

**MARINO, ALUÍZIO. (1); LINS, REGINA. (2); ROLNIK, RAQUEL. (3); VILLELA,  
FELIPE. (4); ANZEI, TALITA. (5)**

1. Universidade Federal do ABC. Planejamento e Gestão do Território  
Alameda da Universidade, s/n - Anchieta, São Bernardo do Campo - SP, 09606-045  
[aluizio.marino@ufabc.edu.br](mailto:aluizio.marino@ufabc.edu.br)

2. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Av. Lourival Melo Mota - Tabuleiro do Martins Maceió, Maceió - AL, 57072-900  
[reginalins.br@gmail.com](mailto:reginalins.br@gmail.com)

3. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
R. do Lago, 876 - Butantã, São Paulo - SP, 03178-200  
[raquelrolnik@usp.br](mailto:raquelrolnik@usp.br)

4. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e  
Regional  
Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-485  
[flipvillela@gmail.com](mailto:flipvillela@gmail.com)

5. Universidade Federal do ABC. Planejamento e Gestão do Território  
Alameda da Universidade, s/n - Anchieta, São Bernardo do Campo - SP, 09606-045  
[talita.anzei@gmail.com](mailto:talita.anzei@gmail.com)

### **RESUMO**

Verificamos recentemente o crescimento de estudos e práticas cartográficas contra hegemônicas, compreendida aqui como um campo emergente identificado como ativismos cartográficos. O artigo trata de uma experiência cartográfica em curso na cidade de São Paulo, especificamente nos bairros da Luz e Campos Elíseos - onde se localiza o fluxo da cracolândia. Fruto de articulação entre universidades, instituições, movimentos sociais, coletivos culturais e/ou antiproibicionistas, profissionais e cidadãos, identificado como “Fórum Aberto Mundaréu da Luz”, que propõe a partir de múltiplas leituras desse território a construção de um planejamento insurgente como alternativa as políticas institucionais em curso, marcadas por violência e remoções sistemáticas. Iremos apresentar ao longo do artigo os processos de mapeamento desenvolvidos, indicando suas potencialidades e limites, bem como os resultados cartográficos existentes, inclusive a primeira versão de um plano urbanístico social para o território, nomeado "Campos Elíseos Vivo". Argumentamos que as metodologias e instrumentos cartográficos utilizados cumprem duas funções principais, são elas: (i) denunciar e dar visibilidade às sistemáticas violações de direitos humanos e (ii) subsidiar propostas coletivas para a elaboração e pré-figuração de uma experiência de planejamento insurgente..

**Palavras-chave:** Ativismos cartográficos, cartografia, cracolândia, planejamento insurgente, território, Campos Elíseos Vivo.

## Introdução

Os mapas, além de representações geográficas, são instrumentos políticos e representam também os interesses daqueles que detêm o saber cartográfico. A cartografia, como "ciência moderna" eurocêntrica, esteve historicamente vinculada à afirmação de uma hegemonia, configurando um campo de conhecimento - e poder - que proporcionou instrumentos imprescindíveis no processo de dominação e colonização de territórios e culturas (LACOSTE, 1988).

Entretanto existe uma emergente produção que denuncia a relação saber-poder presente na cartografia e se apropria das técnicas e conhecimentos para fins contra hegemônicos. Verificamos essa emergência a partir dos final da década de 1990, principalmente em produções de cartografias colaborativas que envolvem universidades, organizações comunitárias, movimentos sociais, coletivos, ativistas e cidadãos (CRAMPTON e KRYEGER, 2008). Essa produção está diretamente ligada à consolidação de uma agenda participativa/comunicacional do planejamento territorial e a disseminação das tecnologias da informação, em especial dos Sistemas de Informação Geográficos Participativos - SIGP (LOBATON, 2009).

Na América Latina, especialmente na Colômbia e no Brasil, verifica-se uma série desses processos colaborativos inseridos em diferentes contextos: urbano, rural, comunidades tradicionais. Os principais conceitos utilizados para subsidiar tais experiências são: "cartografia social" (ASCELRAD, 2008 e 2010); "cartografia participativa" (SLETTTO, 2009 & SLETTTO et al., 2013); "cartografia da ação social" (RIBEIRO, 2009)<sup>1</sup>. Não detalharemos aqui os conceitos, mas é importante reconhecer os elementos comuns entre eles: o caráter colaborativo; a compreensão que o ato de mapear é um processo educacional e político; e a ênfase em leituras territoriais do espaço vivido e de camadas invisíveis nas representações cartográficas institucionais.

O professor Renato Emerson dos Santos (2011) afirma que a produção cartográfica vinculada a esses conceitos e, principalmente, a dimensão participativa da cartografia

---

<sup>1</sup> Também merecem destaque as produções cartográficas do coletivo argentino "Iconoclasistas", que elaborou em 2013 um manual de mapeamento coletivo sob licença aberta, com reflexões sobre experiências cartográficas anteriores, metodologias, suportes e iconografias que podem ser replicadas (<http://www.iconoclasistas.net/>). As cartografias de denúncia, presentes na próxima sessão do artigo, utilizam algumas das iconografias disponibilizadas pelo coletivo.

constitui um “campo dialógico complexo e múltiplo”, identificado como “ativismos cartográficos”. Segundo o autor tal campo se faz presente no processo e no uso de cartografias como (i) ferramenta de luta, articulação, denúncia de violações de direitos, visibilidade de potências e construção de alternativas; (ii) tecnologia social para gestão estatal / elemento mediador entre a sociedade e o poder público; (iii) softwares e sistemas de captura e representação de informações geográficas.

Ainda segundo o autor trata-se de um campo em disputa, que não necessariamente se traduz em produções cartográficas contra hegemônicas, podendo inclusive ser capturada por atores e interesses hegemônicos. São exemplos disso: espaços institucionais que adotam o selo da inovação política a partir de tecnologias de mapeamento como instrumento de participação social, mas cujo resultado não altera a lógica tecnoburocrata do planejamento e das políticas públicas; o fornecimento de tecnologias “gratuitas” de mapeamento, em especial a empresa global *Google*, que proporciona o controle e a comercialização de informações com baixo nível de transparência; e a atuação de ONGs internacionais em favelas com levantamentos censitários, melhorias pontuais de habitação e microcrédito para famílias, mas que não potencializa movimentos que discutem com profundidade o direito à cidade e propõe uma reforma urbana radical.

Não iremos tratar das contradições existentes no campo dos ativismos cartográficos, por mais que esse seja um tema de pesquisa instigante e que necessita de reflexões<sup>2</sup>. Neste artigo apresenta-se uma experiência de fortalecimento das resistências e (re)existências em territórios populares.

Especificamente no pedaço que compreende a intersecção entre os bairros da Luz e Campos Elíseos. É nesse local da cidade onde se concentra o fluxo da cracolândia - lugar internacionalmente reconhecido pela cena a céu aberto de uso de substâncias químicas, em especial o crack.

Trata-se de um lugar estigmatizado desde meados da década de 1990, marcado por uma política sistemática de repressão e demolições que se intensificaram em 2017, ano em que os governos municipal e estadual aumentaram significativamente o processo de

---

<sup>2</sup> Alguns autores citados ao longo do artigo trazem exemplos de captura por parte de instituições e profissionais que impõe sua concepção de território na experiência cartográfica. SLETTTO (2013) identifica ações com “espírito missionário”, no qual a criação de mapas, de produtos é o objetivo central, ignorando o processo político, formativo e emancipatório da cartografia.

militarização e destruição desse território, gerando uma série de remoções forçadas para viabilizar duas Parcerias Público Privadas (PPPs) – a PPP Casa Paulista e a PPP Pérola Byington. Nesse contexto surge uma articulação nomeada [Fórum Aberto Mundaréu da Luz](#), que propõe uma experiência de “planejamento insurgente” (MIRAFTAB, 2009 e 2016; HOLSTON, 2016) como alternativa para discutir o destino do território.

O Mundaréu agrega diferentes atores em um processo que busca contemplar vozes historicamente silenciadas pelas intervenções urbanísticas empregadas nesse território. Um dos atores é o Observatório de Remoções, um projeto de pesquisa-ação que desde 2012 dá visibilidade aos processos de remoção e articula uma rede de resistência na região metropolitana de São Paulo. Os autores do artigo compõem a equipe do Observatório.

Uma das principais estratégias adotadas pelo Mundaréu para compreender a complexidade, elaborar propostas e intervir no território foi a produção de cartografias coletivas, com a participação de moradores, ativistas, profissionais, estudantes e com o fluxo. Iremos apresentar ao longo do artigo os processos de mapeamento desenvolvidos, explicitando seu processo de elaboração, as potencialidades e limites e resultados ou objetos cartográficos.

Argumentamos que a produção cartográfica desenvolvida pelos grupos que compõem o Mundaréu cumprem duas funções principais: (i) denunciar e dar visibilidade às sistemáticas violações de direitos humanos na região e (ii) subsidiar propostas coletivas para a elaboração e pré-figuração de uma experiência de planejamento insurgente.

## **1. Cartografia como ferramenta de denúncia: violações, violências e remoções.**

Demolições, lacramentos, remoções, incêndios, violência policial e internações forçadas são situações recorrentes na região que corresponde aos bairros Luz e Campos Elíseos, no centro de São Paulo. Essas situações ficam mais evidentes a partir de 2005, quando, não por coincidência foi lançado o projeto Nova Luz.

A relação direta entre os projetos de “revitalização” desse território com os processos de violência e violação de direitos foi o primeiro objeto cartográfico do Mundaréu da Luz.

Para tanto foi realizada uma produção cartográfica colaborativa, que contou com o envolvimento de pesquisadores, profissionais e ativistas com atuação consolidada na região.

O resultado é uma cartografia interativa que registra as ocorrências de violações de direitos desde 2005 na região. Uma sequência de mapas que ilustra e denuncia a relação entre a violência e os projetos/intervenções urbanísticas. As fontes para os registros das ocorrências foram notícias em veículos da mídia hegemônica, registros de mídias ativistas, denúncias de grupos de proteção e resistência e observações de campo realizadas pelo Observatório de Remoções. As informações foram organizadas em uma planilha, informando a data, tipo, descrição, local com coordenadas geográficas e links de referência (quando existiam) de cada violação registrada.

Trata-se de uma cartografia que dá visibilidade e denuncia uma sistemática violação de direitos, que impacta todo o território. Não somente os frequentadores do fluxo – como frequentemente é apontado pela mídia hegemônica –, mas também famílias – que residem majoritariamente em pensões e ocupações –, e os trabalhadores de assistência social e saúde que atuam na região.

A população pobre que reside em pensões, ocupações e outros conjuntos autoconstruídos, também sentem os efeitos das políticas de repressão, sendo removidas constantemente de suas moradias, em situação de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2015). Em outras palavras, a “guerra às drogas” e a “revitalização” – motivações apresentadas pelo poder público e pela iniciativa privada – se transformou em justificativa para remover sujeitos considerados indesejados e abrir espaço para outras pessoas ocuparem aquele pedaço da cidade. Este quadro apenas agrava problemas mais amplos e estruturais como a falta de moradia adequada e o encarceramento em massa.

Mais do que uma coincidência, a análise histórica e geográfica aqui apresentada questiona os interesses em torno dessas violações sistemáticas. Sob a justificativa da internacionalmente fracassada guerra às drogas, o Estado abre espaço para uma política de reestruturação urbana excludente e violenta. É isso o que a cartografia ilustra. O aumento de violações na região acontece paralelamente à definição e execução de projetos urbanísticos.

Portanto a potencialidade dessa cartografia está no fato de dar visibilidade a uma problemática complexa e a incapacidade do poder público e da iniciativa privada em fornecer soluções adequadas a ela. Muito pelo contrário, fica evidente a partir das ocorrências registradas que as políticas e intervenções realizadas na última década só piora a situação dos sujeitos que ali vivem, trabalham e circulam. Trata-se de um trabalho que permanece sendo atualizado, e que buscar dar evidência violências e violações de direitos humanos consideradas necessárias por ainda boa parte da população<sup>3</sup>. Entretanto, existem dois limites a essa produção cartográfica: (i) não consegue representar todas as violações que ocorreram nesse território, isso pois nunca existiu um esforço de registro desses fatos e pelo fato de que as violações são cotidianas e, na maioria das vezes, invisível para a maior parte da sociedade<sup>4</sup>; (ii) o próprio caráter de denúncia é também um limite, já que por si só a cartografia não propõe alternativas a essa realidade.

### **1.1 Resultados cartográficos: linha do tempo das violações**

O projeto urbanístico “Nova Luz”, proposto entre os anos de 2005 e 2012, previa a “revitalização” do bairro. Um discurso que não corresponde a realidade, já que a região possui taxa de densidade demográfica entre as mais altas do centro expandido (LABCIDADE, 2017). Vida nunca faltou, o que falta são condições de vida adequadas.

No mesmo período do Projeto Nova Luz teve início a “Operação Limpa Cracolândia” (2005), que utilizando de violência dispersou os usuários para a região dos Campos Elíseos, na época o fluxo se concentrava no entorno da antiga estação da Luz. A partir de então, verifica-se um deslocamento das ações de repressão para o entorno da Rua

---

<sup>3</sup> Em pesquisa publicada pelo Datafolha no dia 03 de junho de 2017, 59% dos entrevistados declararam ser a favor da ação policial iniciada em maio do mesmo ano. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1890337-maioria-dos-paulistanos-aprova-aco-es-na-cracolandia.shtml>

<sup>4</sup> A partir de 2017 quando surge “A Craco Resiste”, um coletivo cultural e antiproibicionista que surge no fluxo e realiza atividades regulares junto aos usuários – principalmente vigílias, ações de cuidado e intervenções artísticas –, houve um maior acompanhamento das violações de direitos na região, que são publicadas regularmente em suas redes sociais. Anteriormente a isso, inclusive em outros períodos de operações policiais como a operação sufoco em 2012, não existiam grupos que registravam esses fatos diariamente, o que fez com que muitas as violações anteriormente ocorridas não estejam registradas na cartografia.

Helvetia e da Praça Júlio Prestes. Foi ali onde o fluxo se instalou depois das operações policiais e demolições no âmbito do Projeto Nova Luz.



Cabe lembrar que durante a tentativa de implantação do projeto Nova Luz, a Favela do Moinho também sofreu com uma série de incêndios. Neste local residem inúmeras famílias que também são impactadas pelas políticas de revitalização da área central. Destaca-se que, assim como o pedaço onde se encontra atualmente o fluxo da Cracolândia, o local onde está a favela do Moinho também é demarcado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) desde 2004. Mesmo com a definição de uso para moradia popular, garantida pelo Plano Diretor, nunca se efetivou um projeto que visasse solucionar a precariedade habitacional na região.

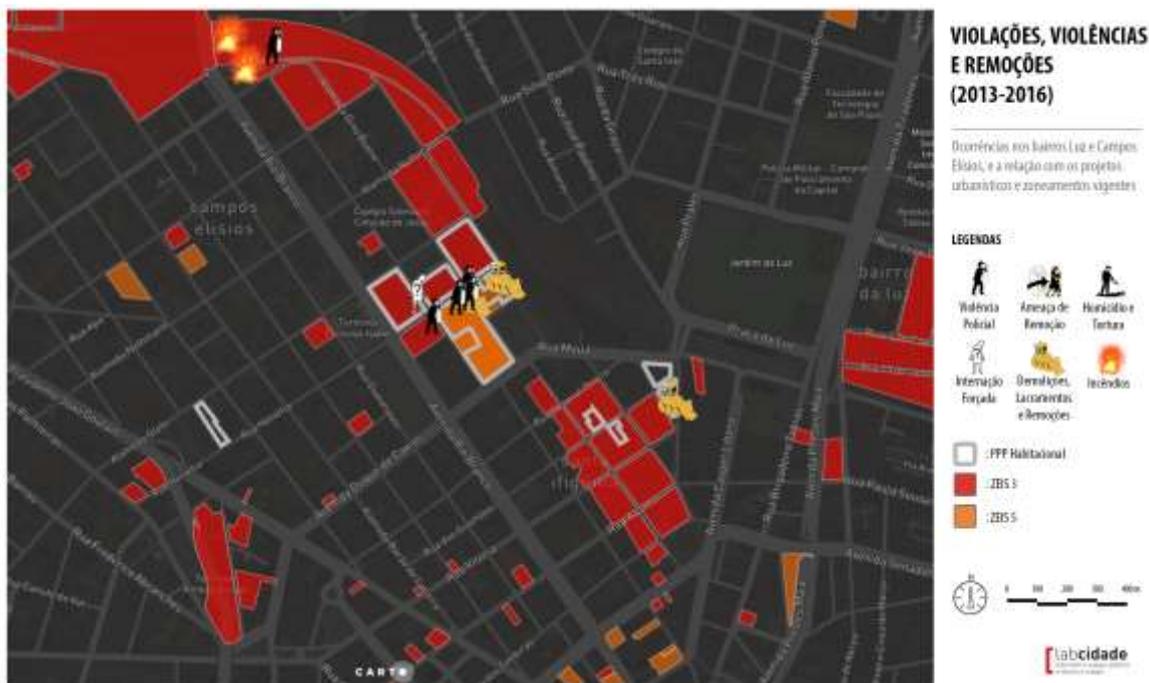
O ano de 2012 ficou marcado pela “operação sufoco”. Quando policiais militares e guardas civis metropolitanos reprimiram de forma violenta o “fluxo”, realizando ações diárias na região. Uma das táticas da “operação sufoco” foi impedir as pessoas de ficar na rua e obrigar todos a circular, a intenção era fazer com que abandonassem o local devido ao "sufocamento". Entretanto não houve êxito, o fluxo permaneceu e passou a se espalhar. Na época ganhou repercussão na mídia as chamadas "procissões do crack".



A partir de 2013, após a interrupção do Projeto Nova Luz, observa-se pela primeira vez experiências alternativas de atuação do poder público nesse território, com destaque a política municipal “De Braços Abertos”, que oferecia moradia, trabalho e ações culturais e de redução de danos para os dependentes químicos em situação de rua. Entretanto, nesse período ainda houveram demolições - e conseqüentemente remoções - por parte do Governo do Estado, na época a justificativa era a construção de equipamentos culturais âncora, para assim “renovar” ou “revitalizar” a região.

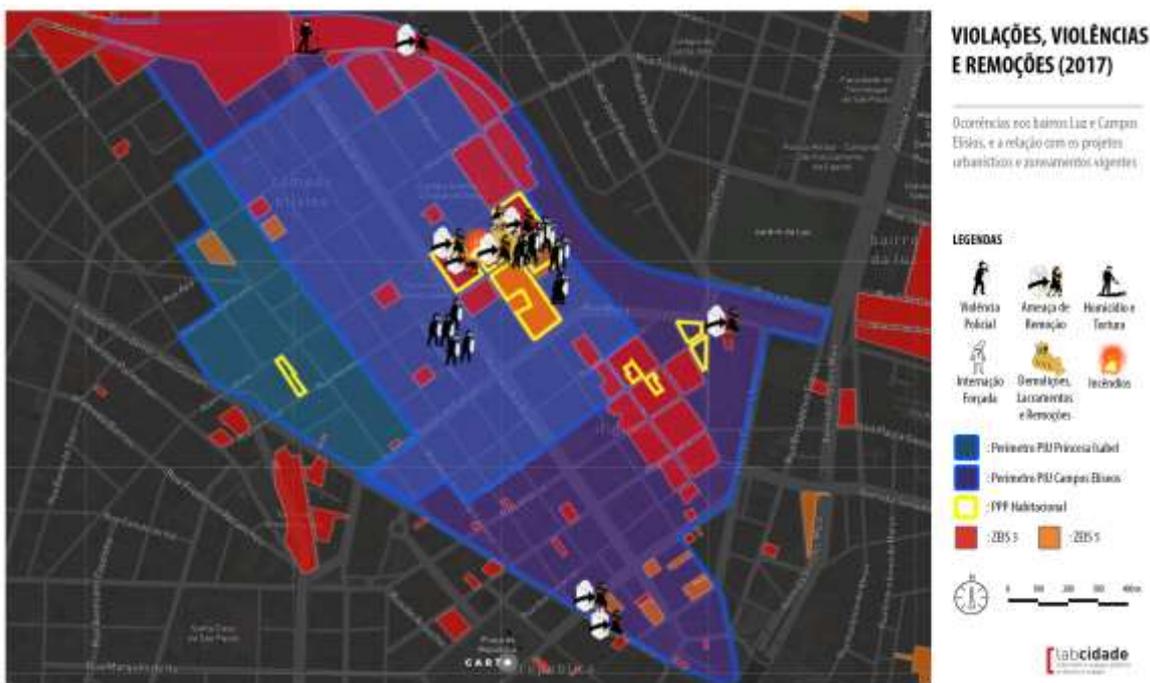
Naquele período o Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU), se comprometeu a reassentar as famílias removidas, garantindo auxílio aluguel e atendimento habitacional posterior. Entretanto, segundo os relatos obtidos em pesquisa de campo, até hoje essas famílias não receberam atendimento. Inclusive, boa parte delas permanecem na região e ainda vivem sob constante ameaça de remoção.

Mesmo com a revisão do Plano Diretor e o aumento da demarcação de ZEIS, realizado em 2014, a insegurança e vulnerabilidade permaneceram rondando a população local. Nesse período, especialmente na Favela do Moinho a relação com a prefeitura se torna bastante tensa e acontecem diversos protestos devido novas ocorrências de incêndio. Nesses protestos os moradores da favela foram duramente reprimidos pela guarda civil metropolitana.



Em 2017, apesar do reconhecimento da mídia e de pesquisadores afirmando que a repressão policial não resolve os problemas da região, há uma intensificação das violações, violências e remoções. O número de ocorrências entre os meses de maio e julho são os maiores desde 2005. Evidencia-se também uma maior violência institucional, com denúncias de tortura e assassinato de um morador da Favela do Moinho por policiais militares. Em outro episódio um jovem perdeu a visão de um olho devido a um disparo de bala de borracha contra os usuários na Praça Princesa Isabel, também por policias militares. Em outro caso, que teve grande destaque na mídia a prefeitura demoliu uma pensão com pessoas dentro, deixando ao menos três feridas.

Todo esse triste cenário se desenrola concomitantemente a uma enxurrada de novos projetos urbanos para a região, especificamente os PIUs Princesa Isabel e Campos Elíseos e o Projeto Redenção, por parte da prefeitura; e duas PPPs, a de habitação "Casa Paulista" e a do Hospital Perola Byington, pelo governo do estado.



Após a mega operação policial em maio de 2017 o então prefeito, João Dória, chegou a afirmar que a cracolândia havia acabado. Entretanto, o acompanhamento dos fatos após esse período apontam algo bem diferente: mesmo com a intensificação de operações policiais e remoções - com relatos de violência e crueldade - a cracolândia não acabou. Verifica-se na realidade que o fluxo passa a se deslocar com maior frequência, se esquivando das operações policiais e das recorrentes "limpezas", realizadas pela prefeitura regional três vezes ao dia. Esse deslocamento está principalmente entre diferentes alturas da Rua Helvetia, desde a Praça Júlio Prestes até a Praça Princesa Isabel. O movimento do fluxo pode ser verificado, assim como nos outros mapas, na presença dos ícones que correspondem a "violência policial".

Portanto, mais uma vez o discurso da "guerra as drogas" justifica violências contra o fluxo e as famílias que ali residem. Entre outras questões, essas ações violam os parâmetros da política urbana em vigor, já que a área alvo de demolições por parte dos governos municipal e estadual está configurada, conforme dito acima, como ZEIS. Este instrumento do Plano Diretor prevê o aumento da oferta de moradia popular e a melhoria das condições habitacionais de quem ali reside, assim como a participação desta população, via conselho gestor, na implementação de projetos de intervenção urbana. Nesse sentido as ações atuais e passadas desrespeitam um espaço de participação social legítimo e não prevê o atendimento das famílias que ali residem, pois as exigências para aquisição dos imóveis via PPP não correspondem aos padrões de

renda e exigem comprovação via registro em carteira (a maioria da população que ali vive possui trabalhos "informais").

Existe atualmente um verdadeiro clima de guerra na região , onde todos que ali habitam, trabalham e circulam são prejudicados. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo portal Ponte demonstram isso. Tais dados mostram que de maio até início de dezembro de 2017, foram realizadas 29 operações com utilização de bombas de gás e de efeito moral. É nítida também a sensação de insegurança no território, o que inclusive é reforçado pelos dados divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo, que via LAI constatou: o número de roubos registrados na região quase triplicou após as operações da Polícia Militar que tiveram início no dia 21 de maio de 2017.

A literatura internacional, pautada na descriminalização das drogas e na redução de danos, reconhece que a violência e a repressão não resolvem os verdadeiros problemas, pelo contrário, intensificam os conflitos, reforçam a histórica desigualdade social e fragilizam o tecido social. No contexto da cracolândia isso é evidente: o combate ao tráfico de drogas e a revitalização, justificativas apresentada pelos governos municipal e estadual em suas ações, serve como cortina de fumaça para outros objetivos e interesses, tais como o avanço do mercado imobiliário e uma provável gentrificação.

## **2. Cartografia como prática insurgente de planejamento**

Planejamento insurgente, assim como a noção de ativismo cartográfico, é um conceito emergente que traz em si a denúncia das linhas teóricas que o antecedem, compreendendo-as como resultado de um processo de colonização que influenciou diretamente a formação do pensamento sobre o território e conseqüentemente sobre a cidade. No caso a crítica exposta pelo planejamento insurgente é com relação as concepções colaborativa, comunicacional (HEALEY, 1997 e 2003) e radical (FRIEDMANN, 1987 e 2011) do planejamento territorial, ambas elaboradas a partir do contexto europeu. Tais concepções sustentam que a mediação técnica em espaços institucionais de participação social garantem um planejamento que contemple os diferentes atores e interesses da sociedade civil. Entretanto, na realidade consistem em armadilhas quando aplicadas traduzidas no sul global, em sociedades onde a histórica

desigualdade socioterritorial e a cultura política marcada por vínculos patrimoniais, racistas, patriarcais e coronelistas impedem que existam as condições necessárias para um processo de participação social democrático nos moldes das teorias colaborativa e comunicacional do planejamento.

Mais do que a busca por um modo padrão – colonizador – de planejar o território, Miraftab (2009) apresenta a noção de práticas/experiências insurgentes de planejamento. São práticas contra hegemônicas, transgressivas e imaginativas pois contestam a ordem, desconsideram as fronteiras entre formal/informal, e experimentam alternativas.

O planejamento insurgente transfere o sujeito de sua teorização: do planejador para o planejamento. Trata-se de uma ruptura epistemológica e ontológica com os preceitos que guiaram o planejamento territorial, ou seja, é um novo tipo de planejamento, com outro significado e imaginação (MIRAFTAB, 2016).

“Na arquitetura conceitual do planejamento insurgente, planejadores profissionais nada mais são que um ator em um conjunto de atores que conformam o questionável campo de ação conhecido como planejamento. A preocupação principal é portanto com as práticas e não com seus atores.”  
(MIRAFTAB, 2016: p. 368)

Em um ensaio recente o antropólogo James Holston reflete acerca do “planejamento urbano insurgente”, para tanto o autor se aproxima de “rebeliões metropolitanas” ocorridas nas duas primeiras décadas do século XXI. Para Holston, imaginar um planejamento insurgente implica necessariamente no engajamento com movimentos de “cidadania insurgente” (HOLSTON, 2008) contemporâneos. “Insurreições urbanas” distintas, com motivações e localidades diferentes<sup>5</sup>, mas que possuem características comuns: “a intersecção entre (1) fazer a cidade acontecer, (2) ocupar a cidade, e (3) reivindicar direitos” (HOLSTON, 2016: p. 192).

Essas revoltas urbanas se configuram como exemplos de planejamento insurgente, pois são prefigurações de uma nova ordem social desejada. Os sujeitos ativos desses processos insurgentes rejeitam a democracia representativa e experimentam outras

---

<sup>5</sup> O autor cita rebeliões metropolitanas no norte e no sul global, tais como: Occupy Wall Street (Estados Unidos, 2011), Indignados (Espanha, 2011), Dias de Fúria na Praça Tahir (Egito, 2011), Protestos no Parque Taksim Gezi (Turquia, 2013) e Jornadas de Junho (Brasil, 2013).

formas de fazer política, como por exemplo a partir de assembleias horizontais e mídias abertas. Não se contentam tampouco com a precariedade ou inexistência de serviços públicos e ocupam espaços para então realiza-los de forma efetiva.

Esse processo político alternativo tem a capacidade de gerar novas formas associativas e organizacionais – com efeito, novas instituições – que substanciem uma cidadania urbana que, necessariamente, subverta as instituições pré-existentes. (HOLSTON, 2016: p. 201)

Ainda segundo o autor, o ponto central do planejamento insurgente está nesses processos políticos alternativos, protagonizados pelas insurgências. Nesse sentido, aponta que o método de constituição de um planejamento insurgente está na localização e no engajamento desses movimentos.

Para MirafTAB, práticas de planejamento insurgente transitam entre os “espaços de ação convidados” e os “espaços de ação inventados”<sup>6</sup>. Para a autora não existe uma relação binária entre esses espaços, pelo contrário, a flexibilidade do capitalismo faz com que a relação entre eles seja complexa. Tais práticas desafiam as normas do Estado democrático liberal e do aparato de mercado, travam disputas institucionais e atuam como hackers para induzir rupturas e criar alternativas.

O Fórum Aberto Mundaréu da Luz propõe uma experiência de planejamento insurgente que dialoga com a bibliografia citada. Uma iniciativa que partiu do Observatório de Remoções, inserida na perspectiva da pesquisa ação. Sua articulação envolveu inicialmente a compreensão de quais eram os atores presentes no território, para então engaja-los em torno da experiência. A partir do engajamento progressivo dos atores, o principal esforço da experiência vem sendo o reconhecimento de dois elementos: (i) sonhos e desejos para o território; e (ii) o acúmulo de conhecimentos e práticas existentes. Ambos os esforços de reconhecimento são realizados com a ajuda de metodologias e ferramentas cartográficas.

---

<sup>6</sup> “O planejamento insurgente avança [...] ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organização sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados.” (MIRAFITAB, 2016: p. 368)

O reconhecimento dos atores mostrou uma diversidade notável, tanto em relação as pessoas que habitam, como com os movimentos e coletivos que a atuam no território. Essa complexidade de atores implicou na necessidade de diversificar o método cartográfico, pensando em abordagens específicas para cada ator ou grupo.

## **2.1 Cartografias do fluxo da cracolândia**

A produção cartográfica mais desafiadora e intensa foi realizada em pleno fluxo da cracolândia. Para buscar leituras e sonhos em uma situação tão vulnerável realizamos uma intervenção na rua Helvetia – um dos lugares de maior presença do fluxo – com diferentes tipos de dispositivos cartográficos coletivos<sup>7</sup>, para assim estimular o maior envolvimento das pessoas. Iniciamos o dia com a montagem de uma geodésica de tubos de PVC. Após a montagem da geodésica demos início a Rádio Mundaréu, onde a programação musical era espontânea. Dentro da geodésica foi disposto um mapa do entorno impresso em lona, além de materiais para intervenção como ícones adesivos e canetas. O último dispositivo foi um slam<sup>8</sup>, que marcou a finalização da intervenção.

A intervenção conseguiu engajar um grupo muito diverso de pessoas. Os frequentadores do fluxo iam e viam a todo o momento, mas houve um envolvimento especial com a rádio Mundaréu, onde eles colocaram para tocar muitos clássicos do rap nacional – principalmente grupos da década de 1990, como Racionais MC, Consciência Humana e RZO –, em alto e bom som: a cracolândia também é periferia. Houveram muitos também que fizeram suas rimas e poesias no microfone aberto, há também potências nesse território estigmatizado pelas vulnerabilidades.

---

<sup>7</sup> Compreendemos como dispositivos cartográficos coletivos, ações que promovem o encontro entre pessoas e estimulam a leitura e análise de um território comum. Identificamos como dispositivos pois contempla outros formatos, não apenas os mapas tradicionais.

<sup>8</sup> Slam é uma batalha de poesia, organizados por coletivos culturais e que acontecem principalmente no espaço publico. Atualmente possuem grande capilaridade na região metropolitana de São Paulo, existem mapeados pelo menos 30 slams, principalmente na zona leste da cidade. Trata-se de um formato que surge nos Estados Unidos, mas que no Brasil foi ressignificado pela cena na poesia marginal, que já tinha sua força nos saraus e raiz no movimento HIP HOP. O Slam Fluxo foi o que compôs a intervenção, ele é organizado por jovens da zona leste mas acontece mensalmente na escadaria do Teatro Municipal, sem autorização da gestão municipal.

Curiosamente o dispositivo cartográfico mais usual presentes nessa intervenção (mapeamento coletivo) foi apropriado pelas crianças. Filhos das famílias que moram nas casas, pensões, ocupações e que ocupam as ruas do entorno principalmente aos finais de semana. Essa é uma constatação importante, as ruas do entorno do fluxo também são ocupadas frequentemente, o que demonstra a existência de vínculos comunitários. As crianças ficaram fascinadas com os ícones adesivos, logo um grupo de aproximadamente dez passou a cola-los de maneira frenética no mapa, para nossa surpresa os ícones que mais chamaram a atenção das crianças e estamparam a cartografia foram os que tinham relação com a polícia.

Essa leitura territorial a partir da participação espontânea das crianças gerou um questionamento no grupo: a presença ostensiva da polícia no território é um elemento de segurança ou insegurança para as crianças? Apenas com o mapeamento coletivo era impossível responder a essa questionamento. Nesse momento ficou evidente a importância dos múltiplos dispositivos, pois conseguimos encontrar a resposta durante o slam. Quando um dos poetas convidados fez uma poesia em que gritava “Fora PM!”, foi nítido o incômodo dos agentes policiais e a debandada das crianças, que acompanhavam animados a competição de poesias. Após o término dessa poesia em específico algumas crianças retornaram e nos disseram motivo de terem saído assustadas: “tio, a gente achou que eles iriam jogar bomba”. Ou seja, uma das principais leituras cartográficas da intervenção foi de que a presença da polícia não necessariamente traz a sensação de segurança.



A intervenção trouxe leituras bastante interessantes para a experiência de planejamento insurgente em torno do Mundaréu, entretanto também demonstrou alguns limites. Um deles foi o descaso da maioria absoluta do fluxo frente aos dispositivos, com exceção a rádio mundaréu. Ou seja, não conseguimos levantar leituras mais complexas do território e desejos de possíveis melhorias a partir da estratégia levantada na intervenção com os usuários de droga. Outra limitação foi com relação ao estigma territorial da cracolândia: a escolha de realizar a intervenção em um dos epicentros do fluxo afastou a maioria dos moradores e comerciantes que moram no entorno e não quiseram participar das ações.

## **2.2 Cartografias dos artistas, pesquisadores e profissionais atuantes no território (mediadores da experiência de planejamento insurgente)**

A produção de cartografias com coletivos, pesquisadores e profissionais – que realizaram a mediação com a população local na experiência de planejamento insurgente – teve processo e resultados particulares. Os encontros foram realizados em um teatro independente que atua há mais de uma década na região, a Companhia Pessoal do Faroeste. Junto a esses mediadores foi possível desenvolver levantamentos histórico espaciais complexos. Para tanto utilizamos alguns dos dispositivos cartográficos coletivos mais usuais: linha do tempo, mapa e painéis.

A linha do tempo, intitulada “território em disputa”, elenca desde a década de 1990 as intervenções estatais, centrada principalmente na construção de equipamentos culturais âncora, projetos urbanísticos, operações policiais e demolições; instrumentos e programas para a garantia de direitos; disputas institucionais travadas na tentativa de frear intervenções estatais; e coletivos e movimentos sociais atuantes no território. A análise da linha do tempo, entre outras questões, constata um esforço histórico do poder público em retirar a população que ali vive; ao mesmo tempo verificamos também a presença de lutas e insurgências em diferentes campos, especialmente cultura, redução de danos e moradia. O resultado visual da linha do tempo virou um lambe<sup>9</sup>, elaborado pelo coletivo Paulestinos, que há pelo menos três anos intervém no imaginário urbano da cracolândia.

---

<sup>9</sup> Lambe é um pôster artístico, uma expressão da arte urbana, que é colado em espaços públicos.



O suporte de mapeamento utilizado com os mediadores foi o mesmo do que na intervenção realizada no fluxo da cracolândia, mas evidentemente o processo e o resultado foi completamente distinto. Entre as questões levantadas ao longo do mapeamento destacam-se: (i) a refutação da suposta necessidade de revitalização, pois se trata de um território ocupado, onde já existe vida; (ii) a necessidade de transformar as condições de vida no território, desde que não haja remoções e que essas transformações sejam elaborados por aqueles que ali vivem; (iii) A relação direta entre intervenções do poder público, do mercado imobiliário e grandes empresas de outros setores no processo de “revitalização” em curso. Visível, por exemplo, nas recentes PPPs e nos investimentos e intervenções realizadas pela Porto Seguro, entre eles o “Fórum Revitalização do Centro”, evento realizado em parceria com o jornal Folha de São Paulo no SESC 24 de maio.



Um dos painéis utilizados como dispositivo cartográfico tinha como objetivo levantar práticas sociais, protagonizadas pelas insurgências, que transformam o território e transgridem a ordem. O processo de discussão e as intervenções no painel evidenciaram a existência de uma diversidade de práticas – tais como: redução de danos, ações culturais no espaço urbano, educação/comunicação popular e ocupações

de moradia – e a cooperação entre elas acontece em especial na intersecção de ações de redução de danos e artístico culturais<sup>10</sup>.

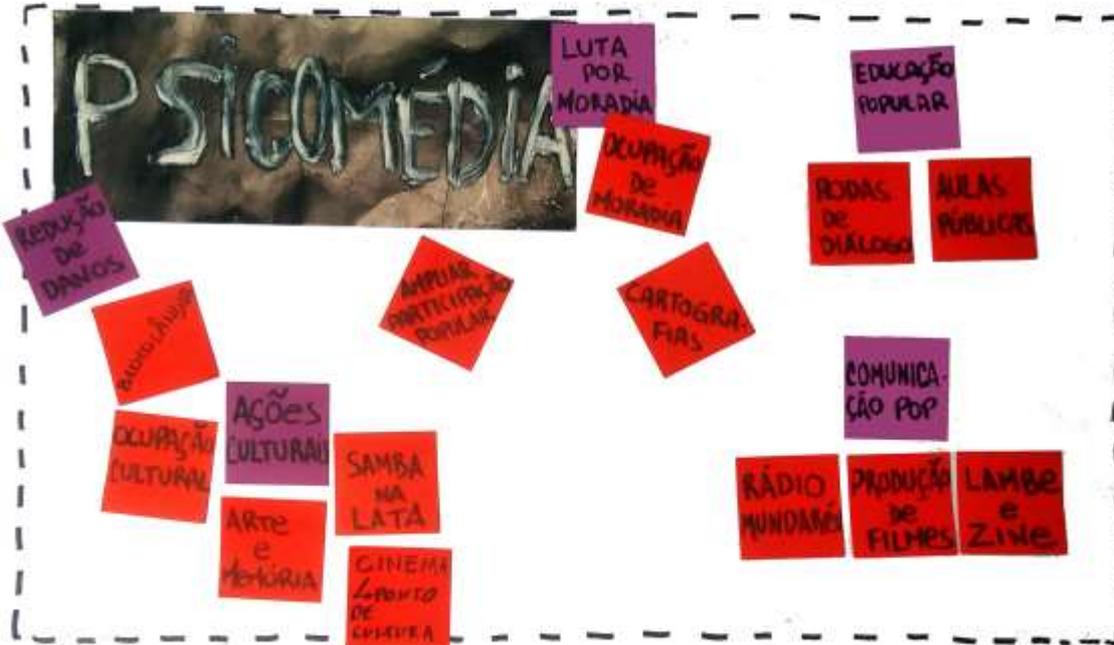


Nele também se reconheceu as lutas ou agendas amplas, as quais essas práticas transformadoras estão conectadas, tais como: desencarceramento, antiproibicionismo / descriminalização das drogas, saúde mental, direito à cidade, direito a comunicação, reforma urbana. Um resultado cartográfico que nos mostra potências presentes no território e a complexidade por trás da experiência de planejamento insurgente, que possui um recorte local da cracolândia, mas que envolve a superação de problemáticas estruturais, como a relação da criminalização das drogas com a política de encarceramento em massa e o genocídio da juventude periférica, em sua maioria preta ou parda.

---

<sup>10</sup> As ações em rede de coletivos culturais, antiproibicionistas e instituições no campo da redução de danos e assistência social existem há pelo menos uma década no território, conformando um circuito de cooperação entre profissionais. Esses vínculos foram fortalecidos no período de vigência do Programa de Braços Abertos (DBA), entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016.

# PRÁTICAS SOCIAIS TRANSFORMADORAS



## LUTAS/AGENDAS AMPLAS



As cartografias realizadas pelos mediadores do Fórum Mundaréu foram fundamentais para a experiência de planejamento insurgente. Em primeiro lugar os dispositivos cartográficos coletivos auxiliaram na articulação entre os diferentes atores (instituições, coletivos, indivíduos) e temáticas abordadas (urbanismo, saúde, cultura) em um processo comum, que encontrou no território seu eixo de pesquisa e ação. Em segundo, o processo e os resultados cartográficos subsidiaram a elaboração de um plano urbanístico social, uma alternativa aos projetos anteriores e em curso atualmente no território. O plano insurgente, nomeado “Campos Elíseos Vivo”, é: transgressivo, pois ultrapassou os espaços de ação convidados e estabeleceu um processo de construção coletiva, no espaço público; contra hegemônico, pois articulou atores diversos, muitos deles inclusive criminalizados pelo poder hegemônico, em torno de denúncias e propostas que fissuram o status quo; e imaginativo, pois se configura como uma alternativa, não só em projeto, mas como em ação concreta no território.

## **Considerações finais**

As cartografias desempenharam papel fundamental na articulação do Fórum, na produção e na pré-figuração de uma experiência de planejamento insurgente. Também merecem destaque o fato das cartografias terem fundamentado as apresentações públicas do plano insurgente<sup>11</sup>, e o impacto que as produções cartográficas tiveram na mídia e redes sociais.

Conforme desenvolvemos acima, existem limites a produção cartográfica, principalmente relacionados ao contexto político e as intervenções recentes que intensificaram as fragilidades presentes nesse território. Mas também possuem algumas limitações circunscritas a cartografia contra hegemônica que percebemos ao longo do processo e merecem atenção especial de ocasionais cartógrafos. Nesse sentido elencamos aqui algumas precauções: (i) por mais coletivas que sejam as cartografias, elas dificilmente vão representar toda realidade, nesse sentido é fundamental traçar diferentes experimentos cartográficos, para assim atualizar constantemente a leitura territorial sob ótica de diferentes sujeitos; (ii) cada dispositivo cartográfico abre uma possibilidade distinta de leitura territorial, por isso aconselhamos que se proponham diferentes dispositivos, além dos usualmente utilizados; (iii) o processo e a autonomia são elementos imprescindíveis durante a produção cartográfica contra hegemônica – para exemplificar voltamos a intervenção no fluxo da cracolândia, quando as crianças dominaram um dispositivo cartográfico – que não imaginaríamos que fosse dessa forma, mas mesmo assim não impedimos que isso ocorresse – cuja leitura só foi possível realizar ao longo da intervenção, durante o processo e a partir da análise em conjunto com outros dispositivos cartográficos.

O Fórum Aberto Mundaréu da Luz prossegue com sua articulação territorial, inclusive expandiu o conjunto de atores em torno da experiência e ensaia articulações mais amplas, para possivelmente transferir os conhecimentos em torno da constituição do Fórum para que outras experiências semelhantes possam ocorrer em diferentes contextos. O presente artigo faz uma leitura dessa articulação sob a perspectiva da

---

<sup>11</sup> Uma das estratégias estabelecidas pelo Fórum é realizar uma disputa institucional, ocupando os espaços de ação convidados e criando brechas junto ao poder público, inclusive estabelecendo parcerias com alguns agentes, especialmente no poder judiciário.

produção cartográfica, em breve outras leituras surgiram, sob outros aspectos ou atualizando a própria produção cartográfica que segue em curso<sup>12</sup>.

O “Campos Elíseos Vivo” permanece em processo, trata-se na realidade de um projeto-processo, que não está fechado em si e abre espaço para contribuições futuras. Sua existência é em si uma novidade para o campo do planejamento territorial, já que é uma das poucas propostas rotuladas como planejamento contra hegemônico<sup>13</sup>. É a prova empírica de que de um outro planejamento, no qual outros atores são igualmente importantes, não apenas os profissionais do urbanismo. Por mais que seja um projeto físico<sup>14</sup> ele não está terminado, mas em aberto. O processo do Mundaréu, e das cartografias, potencializa as micropolíticas e infrapolíticas presentes no contexto (ROBIN, 1994 apud MIRAFTAB, 2016). Além disso, o plano faz parte da estratégia de disputa institucional, ela tenciona o poder hegemônico devida sua legitimidade – e inclusive aprofundamento e qualidade quando comparado com as propostas institucionais – e mostra: é possível fazer diferente.

---

<sup>12</sup> No período de fechamento do artigo foram realizados outros dois experimentos cartográficos, um dos alunos de uma escola estadual de ensino técnico localizada em Campos Elíseos – onde eles refletiram e problematizaram a respeito da forma como a escola se relaciona com o território, e como poderia ser. Outro experimento intitulado “Fique Vivo”, foi desenvolvido junto a famílias que foram recentemente removidas da região e contou com mediação de professores e alunos do Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social (LEVV – Mackenzie).

<sup>13</sup> Existem outros processos, que possuem suas particularidades, mas que também se configuram como experiências de planejamento contra hegemônico. Por exemplo, as propostas de planejamento conflitual, como o Plano Popular da Vila Autódromo e o Plano Alternativo da Vila da Paz, ambos elaborados no contexto dos megaeventos esportivos.

<sup>14</sup> MIRAFTAB (2016) afirma que o planejamento insurgente não pode possuir um projeto físico, entretanto demonstramos aqui que, desde que a experiência de planejamento insurgente priorize o processo, ou seja a experiência em si, é possível que ele se configure em um plano físico, já que este demonstra grande importância na disputa política do planejamento insurgente, que circula pelos espaços de ação convidados e inventados.

## Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. 2008. Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- ACSELRAD, H. Mapeamento, identidades e territórios. In: Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFPR/IPPUR, 2010. p. 9-46.
- CRAMPTON, J; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 85-112.
- FRIEDMANN, J. Insurgencies: essays in planning theory, London and New York: Routledge. 2011.
- FRIEDMANN, J. Planning in the public domain: From Knowledge to Action, Princeton, NJ: Princeton University Press. 1987.
- HEALEY, P. Collaborative planning in perspective. Planning Theory, vol 2 (2): 101-123, 2003.
- HEALEY, P. Collaborative planning: shaping places in Fragmented Societies. London: Macmillan, 1997.
- HOLSTON, J. Rebeliões Metropolitanas e Planejamento Insurgente no século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18, n. 2. pp. 191-204. Recife. 2016.
- LABCIDADE. Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso. 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B-n77aCjawPlenNNRGtKcFc4Q2c/view> (acessado em: 03 de junho de 2018)
- LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Ed. Papirus, 1988
- LOBATÓN, S. B. Reflexiones sobre sistemas de información geográfica participativos (sigp) y cartografía social. Cuadernos de Geografía, Issue 18, pp.9-23. 2009.
- MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18, n. 3. pp. 363-377. Recife. 2016.

MIRAFETAB, F. Insurgent Planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory* - vol. 8(1). pp. 32-50. 2009.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino- americana e novo desenvolvimento urbano. In: Poggiese, Hector; Egler, Tâmara Tania Cohen (Org.). *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires. pp.147-156. 2009.

RISLER, J.; & ARES, P. (2013). *Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa*. Buenos Aires: Tinta Limón. Disponível em: [https://issuu.com/iconoclasistas/docs/manual\\_de\\_mapeo\\_2013](https://issuu.com/iconoclasistas/docs/manual_de_mapeo_2013)

ROBIN, K. *Race Rebels: culture, politics and the black working class*. New York: Free Press, 1994.

ROLNIK, R. Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente. In: *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 169-194, 2015.

SANTOS, R. E. dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. II Semestre 2011. pp. 1-17

SLETTTO, B. I.; BRYAN, J.; TORRADO, M.; HALE, C.; BARRY, D. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. *Cuadernos de Geografía*, 2013, Vol.22(2), pp.193-310.

SLETTTO, B. I. "We Drew what We Imagined": Participatory Mapping, Performance and the Arts of Landscape-Making. *Current Anthropology* 50 (4): pp. 443-476. 2009.